



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

NEZIMAR DE SOUZA DE OLIVEIRA

Atuação política de mulheres indígenas na região do médio Solimões (2010-2018)

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas, Tefé/AM para obtenção de título de graduada.

Orientador(a): Tenner Inauhiny de Abreu

Tefé AM
2021



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NEZIMAR DE SOUZA DE OLIVEIRA

Atuação política de mulheres indígenas na região do médio Solimões (2010-2018)

Monografia apresentada em 20 de Novembro de 2021

Banca Examinadora

Prof. Tenner Inauhiny de Abreu – Orientador

(Presidente, CEST/UEA)

Prof. Jubrael Mesquita da Silva – Membro

(CEST/UEA)

Prof. Sidney Barata de Aguiar – Membro

(UEA)

Agradecimentos

Meus agradecimentos pela conclusão do curso e do TCC serão voltados, em primeiro lugar, aos meus queridos filhos, fontes de inspiração e força para viver a cada dia, são eles e foram eles, que de forma direta contribuíram para tornar-me essa mãe graduada.

Quero agradecer de forma especial, meu grande e pequeno filho Rônisson, que tanto e incansavelmente me deu apoio e dedicação, desde a escolha do curso até a escolha do tema desse TCC. Contribuiu, com conversas, explicação de alguns assuntos das aulas, ele foi, nesse momento, uma espécie de professor de casa, sempre disposto a me ajudar, assim como todos os outros que também me ajudaram, na busca por fonte de pesquisa, na escrita de relatório de estágio, sempre que precisei teve um para me ajudar, afinal sou uma mãe com 05 filhos (Geisse, Rônisson, Romilsson, Nelma e Nely).

Agradeço também aos professores, que tanto contribuíram para o meu aprendizado, sem os mesmos esta conclusão não seria possível, agradeço muito a todos, pela compreensão quando tinha que me ausentar de sala, por motivos de saúde.

Aos meus colegas também quero agradecer, pela força e apoio que recebi de todos durante os quatro anos, principalmente quando me ausentar, foram vocês queridos colegas que seguraram na minha mão e não me deixaram fora dos trabalhos, entre tantos colegas, agradeço em especial ao meu pequeno e grande grupo o qual vou levar por toda a vida.

Registro agradecimentos também aos meus dois grandes heróis Manoel (esposo) e Adamor (meu pai) (*in memoriam*), bem como a minha “grande” mãe Edna (*in memoriam*).

Quero agradecer em especial meu professor orientador Tenner Abreu, que quando lhe procurei para me orientar, deixou claro que meu tema não era sua *praia*, mas mesmo assim aceitaria me orientar e me ajudaria na busca por fontes, muito obrigado professor, o senhor é uma das peças fundamentais que hoje eu termino de montar.

Por fim, agradeço ao ensino público superior desse país, via Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST/UEA pela oportunidade de cursar essa graduação e ao CIMI por ser a instituição que viabilizou os dados e as inspirações reflexivas sobre populações indígenas do médio Solimões, em especial sobre as mulheres.

Lista de siglas

ACPIMSA – Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes

AMIM – Associação das Mulheres Indígenas Mayoruna

AMIMSA – Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes

CIMI – Conselho Missionário Indigenista

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ISA – Instituto Socioambiental

OMIR – Organização de Mulheres Indígenas de Roraima

SEIND – Secretaria de Estado para os Povos Indígenas

UEA – Universidade do Estado Amazonas

UMIABI – União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

UNIPI-MAS – União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes

CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena

RESUMO

Este trabalho buscou uma reflexão em torno das mulheres indígenas em atuação política, na região do médio Solimões. Para se chegar aos resultados pretendidos foi feito um levantamento documental junto ao Conselho Missionário Indigenista (CIMI), especialmente em atas e documentos publicados na internet, via site institucional. Também foram consultados documentos em outros sites, bem como análise de dados bibliográficos. As mulheres indígenas do médio Solimões tem atuação registrada desde o final dos anos 1980, porém diferentes fazes passam o movimento, nos anos 90 e na em parte da primeira década de 2000, elas (enquanto organização política) ficaram mais na dependência do movimento indígena maior, nas lutas gerais dos povos dessa região, no entanto, em 2009 conseguiram se organizar por meio da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AMIMSA), esta associação impulsionou debates, reflexões e ações direcionados a vida das mulheres. Percebemos também que a participação das mulheres tem crescido nos últimos anos, elas estão expressivamente presentes nas ações de assembleias, oficinas, reuniões, etc. Portanto, consideramos que o movimento de mulheres indígenas é importante nessa região, que tem ganhado força desde os anos 90, e acompanha as lutas indígenas que crescem com a constituição de 1988, tanto na luta e efetivação de direitos dos povos originários em geral, como das mulheres e suas demandas, de forma particular.

Palavras – chave: Mulheres indígenas; atuação política; médio Solimões.

Sumário

Introdução.....	7
CAPÍTULO I.....	12
Ser mulher e ser índia: o que isso pode nos dizer, como uma questão de gênero e como uma questão de luta?.....	12
1. Mulheres na História: uma questão não histórica.....	12
1.2 As “consequências” para o gênero pelo sexo e etnia.....	16
1.3 Espaços públicos e privados: qual o lugar da mulher indígena?	18
1.4 Os porquês da luta.....	20
CAPITULO II.....	24
Mulheres por mulheres: o contexto do médio Solimões	24
2.1 Aspectos históricos da luta das mulheres indígenas do médio Solimões	24
2.2 AMIMSA: sua constituição enquanto associação e suas bandeiras de luta	26
2.2.1 AMIM e o aumento das organizações de mulheres indígenas	31
2.3 Expressão qualitativa da atuação da AMIMSA.....	32
2.4 Expressão quantitativa de atuação de mulheres no médio Solimões.....	34
Considerações finais	36
Documentos consultados	38
Referências Bibliográficas.....	38

Introdução

A história dos povos indígenas é marcada por uma diversidade de desafios no cenário brasileiro, tais desafios são claramente demarcados pelos aspectos históricos do desrespeito cultural. Desde a colonização o massacre de costumes, aldeias, vidas, etnias, etc. são coisas *comuns*. No entanto, mesmo com todos esses desafios, muitos povos resistiram e resistem, para Krenak (2019, p. 21) “... o povo indígena é a memória gritante do Brasil – grita porque dói, grita por ter esperança e grita porque é atrevida. Grita por várias razões”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no Brasil tinha 896,9 mil indígenas em todo o território nacional, em 2010, somando a população residente tanto em terras indígenas (63,8%) quanto em cidades (36,2%). Entre as regiões, o maior contingente estava na região Norte (342,8 mil indígenas), e o menor, no Sul (78,8 mil). “Os dados do levantados pelo ISA, por sua vez, indicam uma população de 715.213 indígenas, somadas diversas fontes com diferentes datas” (ISA, 2017).

Esses números expressam um quantitativo subdividido em etnia, gênero, geração, etc. Seguramente, em meio a essa expressão numérica está uma diversidade reivindicações e de luta política, pois embora os povos se identifiquem em muitas questões, também divergem em muitas.

Nas formas mais modernas de resistência estão as organizações dos povos, na luta por seus direitos em um país demarcado por desigualdade. Em diversas partes do país há articulação direta de representantes indígenas na luta por seus direitos. Desse contexto, as mulheres indígenas também têm se destacado no cenário nacional nas buscas por direitos para as populações indígenas, há que se destacar a força a visibilidade de Sônia Guajajara e Joenia Wapixana, duas mulheres que se destacaram na política partidária do país, a primeira foi à primeira candidata a vice-presidência do Brasil e a segunda é a primeira mulher indígena eleita deputada federal.

No médio Solimões foi possível identificar que algumas mulheres se tornaram essenciais, especialmente quando assumiram a presidência de associações indígenas, organizadas por mulheres. Na forma coletiva foi possível identificar que o coletivo

denominado Associação de Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AMIMSA) possibilitou o destaque das mulheres enquanto presidentes.

O Conselho Missionário Indigenista (CIMI) tem grande atuação na região de Tefé, atuação direta e registro das questões indígenas. Seu objetivo maior é descrito assim:

Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo (CIMI, 2019, s/p.).

Dentre os objetivos da instituição pudemos encaixar a pesquisa, para identificação e análise do objeto dessa proposta, com os documentos referentes às ações políticas dos indígenas, nessa região, e a consequente representação feminina.

Mulheres indígenas em atuação de espaços políticos, na região do médio Solimões (entre 2010 e 2018), foi a ideia central dessa investigação. Nas sondagens exploratórias foi possível identificar certo “bum”, nos últimos dez anos, do envolvimento das mulheres indígenas em atuação política, nessa região. Houve mais participação nas reuniões, em grupos de mulheres, fóruns e assembleias. Assim, optamos por esse recorte temporal. A pesquisa empírica teve o recorte para a região do médio Solimões, especialmente por meio da sede do CIMI, instituição de onde foram coletados e analisados os documentos, para se alcançar os objetivos principais. A pergunta chave da pesquisa foi sobre a existência da atuação da mulher indígena, nessa região, e a forma como tal atuação aconteceu.

As mulheres são parte de uma sociedade, que em muitos espaços elas são invisibilizadas. Para que isso ocorra existem processos históricos de subjugação do sexo feminino com divisão sexual do trabalho, por ser considerado frágil, por ser quem engravida, etc. No entanto, em diversas partes do mundo elas têm mostrado certa força em atuações políticas, que são impulsionadas por lutas em movimento sociais, para que suas vozes sejam ouvidas. Porém, a história das mulheres não é universal, elas se dividem por raça, etnia e classe.

Assim, nos impulsionou saber como foram às manifestações das mulheres indígenas, nos espaços públicos, nas lutas por direito e nos questionamentos que saem das reuniões ou assembleias das etnias, do médio Solimões. Se essas mulheres tinham direito a e se fazem manifestações ou reivindicações, seja de forma particular ou em coletivos de mulheres.

Na região do médio Solimões historicamente há luta política, pelo direito dos povos indígenas, que podem ser vistas no livro de Priscila Faulhaber, denominado *lago dos Espelhos*. Conforme a destaca a autora “no médio Solimões, a etnia Miranha foi a primeira a ser reconhecida oficialmente por um organismo indigenista de Estado, o SPI, cuja intervenção, em 1929, resultou na demarcação da Méria e, em 1930, na delimitação do Miratu, onde viviam índios Miranhas” (Faulhaber, 1998, p. 37). Tais informações mostram o processo antigo de luta e reconhecimento de territórios, para as populações indígenas que historicamente também habitam essa região.

Para além de uma questão de gênero, a pesquisa não teve como não passar pelo histórico de lutas dos povos indígenas de um modo geral, e em particular os da região do médio Solimões. No entanto, o viés de gênero se justifica como questão central, pela condição das mulheres na própria historiografia que não é histórica (Rago, 1995). Para essa autora era “como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante” (Rago, 1995, p. 81).

Também como justificativa podemos considerar a crescente participação das mulheres indígenas, nas questões de luta social nas últimas décadas, como ressaltam Grubtis *et. al*:

De forma geral, este é um aspecto que, em relação às culturas indígenas como um todo, nos permite levantar hipóteses de que está ocorrendo uma participação cada vez maior das mulheres indígenas na luta pelos direitos de seus povos e na política nacional desenvolvida pelo Estado brasileiro. Elas tornam-se assim, cada vez mais, importantes interlocutoras entre seus grupos e a sociedade não indígena; importantes peças da situação de interface e guerreiras fundamentais de sua cultura. (2005, p. 371).

Não é a consideração das mulheres indígenas como protagonistas no âmbito privado, mas sim nas suas lutas para além das aldeias, em busca de direitos para seus povos e dos problemas que as afeta.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a atuação das mulheres indígenas na região do médio Solimões, com destaque para identificar qual foi a participação e como tem sido a atuação nos espaços de tomadas de decisão. Para tanto foram desmembrados os seguintes objetivos específicos: a) identificar a expressão quantitativa das mulheres nesses espaços de decisão e b) analisar a conjuntura dos debates, por meio das atas (das reuniões e assembleias) e c) identificar a expressão qualitativa das mulheres nessas atividades.

A pesquisa partiu da técnica de coleta de dados em documentos, ou *análise documental* (Sá-Silva, Almeida e Guindane, 2009) na delimitação do tempo escolhido para o estudo (2010-2018). Tal processo de análise trouxe ao entendimento da participação de mulheres indígenas, por meio dos registros que ocorrem nas reuniões, assembleias, etc. feitos pelo Conselho Indigenista Missionário de Tefé e por registros on-line de matérias jornalísticas. Assim, a pesquisa se pautou em sua análise teórica e metodológica, no entendimento das mulheres na luta política, por meio de análise documental.

A categoria gênero será utilizada como ponto principal, seguindo os princípios de Joan Scott (1990) de que tal categoria é útil para análise histórica. A autora considera desse modo, especialmente por que as estruturas sociais também são “tecidas” por mulheres, diante disso ela coloca as seguintes questões e sugere a resposta, para a historiografia: “Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise” (Scott, 1990, p. 03). Assim, a pesquisa não se pretende enquanto medição de “forças” entre os gêneros, mas na atuação das mulheres, enquanto agentes políticas.

Documento como material de análise dá uma dimensão do tempo à compreensão social de qualquer fato ou acontecimento e “é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (2009, p. 05). E Appolinário (2009, p. 67) define documento como “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”.

No tratamento específico da construção de dados, segundo Pimentel (2001, p. 180) “precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça”.

Portanto, a pesquisa foi “guiada” por essas duas perspectivas, que se complementam para a explicação maior sobre as mulheres indígenas *em movimento*, na região do médio Solimões. Foram analisadas todas as fontes documentais, com os devidos critérios científicos, com o intuito de mostrar o cenário de atuação das mulheres, o que as impulsiona e como elas lidam com as questões políticas, no âmbito público de reivindicação.

Desse modo, a monografia se apresenta, na sua forma estrutural, da seguinte forma: dois capítulos: *Ser mulher e ser índia: o que isso pode nos dizer, como uma questão de gênero e como uma questão de luta?* e *Mulheres por mulheres: o contexto do médio Solimões*, capítulos I e II respectivamente. Cada um representa uma ideia que se complementam na defesa da ideia central reflexiva sobre a mulher indígena, assim o primeiro se pauta na revisão bibliográfica sobre as mulheres na História e a história das mulheres indígenas na Amazônia, já o segundo aborda a região do médio Solimões nas reivindicações das mulheres indígenas.

CAPÍTULO I

Ser mulher e ser indígena: o que isso pode nos dizer, como uma questão de gênero e como uma questão de luta?

A ideia desse capítulo é apresentar dados bibliográficos sobre a condição de ser mulher e ser indígena, em especial na Amazônia. Muito embora possamos recorrer em alguns momentos no processo histórico a fatos que se relacionam de forma ampla, e abrange o Brasil, porém nosso foco é a Amazônia. A condição de mulher, enquanto um fato biológico é uma condicionante para construções sociais diferenciadas, em relação ao sexo oposto, o masculino. Assim, as mulheres passam por diferentes situações de desigualdades, que são estruturadas socialmente, porém é dessa própria desigualdade e do reconhecimento delas, que nascem os questionamentos e as lutas em diversos âmbitos e por diversas causas. Para esse capítulo também é importante o destaque de que as mulheres que falamos são indígenas, que pela diferenciação étnica, com outras mulheres amazonenses, passam por diferentes processos sociais. E também esse capítulo faz uma reflexão introdutória sobre a mulher na História enquanto disciplina. Em uma alusão ao que nos diz Rago (1995) sobre o fato de que as mulheres foram deixadas de lado na historiografia por um determinado tempo, tecemos uma discussão sobre essa conjuntura de ausência e presença das mulheres na história e historiografia.

1. Mulheres na História: uma questão não histórica

Falar da história das mulheres na História é falar de uma “história de exclusão” (Bresciani, 1989 *apud* Soihet & Pedro, 2007). Essa frase representa uma ausência das mulheres, no processo científico da história e suas abordagens, o que muitas autoras tais como: Bresciane (1989 *apud* Soihet & Pedro, 2007), Rago (1995) e Torres (2005) é uma consequência da forma e por quem a história foi feita, questão que desenvolveremos mais adiante, nesse tópico.

Dentro das reformulações teórico-metodológica, no campo da História, podemos identificar uma mudança acentuada, para que as mulheres pudessem surgir, como sujeito para a historiografia. A história tinha como herança as ideias do Iluminismo, desse modo “Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX” (Soihet & Pedro, 2007, p. 284). No entanto, ressaltam as mesmas autoras:

Em contraposição a essa modalidade de história, observa-se, ainda, a partir da década de 1920, a emergência do grupo dos Annales, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Diversamente da historiografia vigente, direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal (Soihet & Pedro, 2007, p. 284).

Portanto, há uma mudança na forma de olhar para o social ou o passado, para construir a história, com perspectiva que tira o foco “coisas grandiosas”, olha-se para coisas menores, questões micro, do cotidiano etc. e “À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia” (Soihet & Pedro, 2007, p. 284).

A mulher não era ausente somente na historiografia, era também ausente da historiografia, ou seja, elas também não escreviam a História, esta era vista e escrita sob uma perspectiva masculina. Diante disso é preciso considerar que:

O relato histórico é olhar, escritura, artefato, não artifício, certamente, mas escolha intimamente ligada ao presente do escritor. O esquecimento de que as mulheres têm sido objeto não é simples perda de memória acidental e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras (Perrot, 2009, p. 112)

Desse modo, a mulher foi “esquecida”, deixada de lado, ao mesmo tempo em que se universalizava os problemas históricos, com o uso da categoria “homem”, assim “acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade (Soihet & Pedro, 2007, p. 284), sendo assim:

Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de *merecerem* uma maior atenção (Rago, 1995, p. 81).

Para a autora isso se dá devido essa universalização na história, que desconsiderava as mulheres, ao incluí-las na história como “homens”. Desse modo, era essencial a inclusão da identificação das mulheres nesses momentos históricos bem como em outros (para além dos citados acima).

No Brasil, novas perspectivas surgem a partir dos anos 70 (Rago, 1995), não só na história, como na antropologia e sociologia, estudiosos dessas áreas se voltaram na “busca” por mulheres e por suas histórias.

Especialmente valorizadas foram a temática do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a denúncia das formas perversas desta integração. As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante (Rago, 1995, p. 82).

Essas foram às temáticas priorizadas nos primeiros estudos sobre mulheres no Brasil. Começa-se a desvelar temas que eram caros a vida cotidiana das mulheres, que envolviam dor e sofrimento, porém não eram debatidos em espaços públicos, pois nem todos os assuntos faziam parte do debate público, seja na história ou no dia a dia, as mulheres eram silenciadas de diversos modos. No âmbito da História mundial, sobre mulheres Michelle Perrot descreve da seguinte forma:

Num primeiro momento, dominava uma “história do feminino” preocupada em tornar as mulheres visíveis, em busca de traços perdidos e partindo de seus papéis tradicionais – maternidade, prostituição, vida cotidiana –, de seus lugares – do tanque ao convento – e de suas imagens. Uma história da cultura das mulheres, no sentido pleno do termo, em que o corpo e o silêncio ou a palavra mulheres eram o epicentros. Depois, passou-se a uma atitude problematizada em torno das noções de representações, de “público/privado”, de poderes, de violência, de gênero (2009, p. 114).

O foco das pesquisas tiveram variações à medida que os estudos sobre mulheres foram sendo aprimorados, incrementados as reflexões teóricas de cada momento específico, seja o marxismo, a história das mentalidades, as influências de Foucault, etc. Nesse processo é importante o reconhecimento da transição do termo de estudos sobre mulheres, para estudos de gênero, como já apontado na introdução desse estudo, com as reflexões de Scott (1990).

No Brasil houve essa diversidade reflexiva, em torno da questão das mulheres, mas os trabalhos convergiram, nos momentos iniciais, para o que nos coloca Rago (1995):

Em todos eles, registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para

justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política (Rago, 1995, p. 83).

A autora reconhece que há divergências teórico-metodológicas, entre trabalhos pioneiros¹, mas que se reconhecem em aspectos reflexivos. Eram trabalhos de mulheres intelectuais debatendo a problemática do mundo de mulheres sob uma perspectiva de questionamento sobre o lugar ou a posição da mulher, a forma como foram socialmente marginalizadas, por constructos sociais.

Rago (1995) reconhece como um ganho para a própria História, colocar as mulheres “em cena”. Segundo a autora:

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas (1995, p. 81).

Tais colocações vão de encontro com o que também afirma Scott (1992) que o processo de inserção das mulheres na História não foi direto ou linear, não foi apenas uma questão de adicionar algo. “Em vez disso, ha uma incomoda ambiguidade inerente ao projeto da historia das mulheres, pois ela e ao mesmo tempo um suplemento inócua a história estabelecida e um deslocamento radical dessa história” (Scott, 1992, p. 75).

Já Perrot (2009) se posiciona de forma mais retraída, em relação às expectativas iniciais das estudiosas que almejavam grandes mudanças para a História, mas reconhece a relevância da imposição das mulheres para a história, como fica expresso na sua afirmação:

A História das mulheres, sem dúvida, não operou a “ruptura epistemológica” esperada por suas iniciantes (entre elas, a equipe da *História das mulheres no Ocidente*). Seu reconhecimento acadêmico é frágil e suas estruturas institucionais ainda bastante insuficientes. Sua transmissão, particularmente no ensino primário e secundário, e sua continuação não são asseguradas. No entanto, ela se impôs, e doravante é impossível ‘uma história sem as mulheres’. (Perrot, 2009, p. 115).

É a partir desse contexto “frágil” que devemos pensar as mulheres índias, pois se no geral, da história das mulheres, há uma grande defasagem, para as indígenas é ainda

¹ A mulher na sociedade de classes, de Heleieth Saffioti, A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas, de June E. Hahner, Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, de Maria Odila Leite da Silva Dias, Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, de Margareth Rago, dentre outros.

mais amplo, tal questão, e para Torres (2015, p. 12) “tecer olhares recursivos sobre o silêncio e a exclusão das mulheres indígenas no campo das ciências supõe olharmos pelo retrovisor da história para percebermos que o campo da produção do saber esteve sob o domínio dos homens desde os primórdios”.

1.2 As “consequências” para o gênero pelo sexo e etnia

Ao se recorrer à história do Brasil vemos, nos períodos coloniais, as velhas práticas do machismo ocidental, dos colonizadores para com as índias. Elas foram vistas como objeto sexual, pela beleza, por andarem nuas, etc. disso decorrendo em diversas formas de preconceito, juízo de valor e imposições para as mulheres. Torres na sua obra *As Novas Amazônidas* nos traz reflexões importantes da forma como as mulheres foram tratadas ou vistas, na história da Amazônia, segundo essa autora “... no período da política pombalina, as mulheres foram requisitadas para participar da política de expansão física do território amazônico, dando visibilidade à imagem da mulher parideira...” (Torres, 2005, p. 22).

Os períodos coloniais foram demarcados por essas ideias para o sexo feminino, sendo que não era uma questão aleatória, pois “pensar a mulher no período quinhentista é respeitar esse tecido comum da imagem feminina alinhavado pelo discurso religioso” (Torres, 2005, p. 26), ou seja, a forma como as mulheres são pensadas em uma sociedade parti de diversas ordens, no caso a autora cita a religiosidade alinhada ao processo colonizador e ideia de ser mulher. Seguramente as mulheres indígenas não correspondiam ao tipo ideal de mulher para as concepções dos colonizadores, ao mesmo tempo em que eram consideradas objetos, assim: “Disseminava-se o mito de que as índias eram mulheres exóticas e dispostas a satisfazer a lascívia do homem branco, quando na verdade o objetivo era povoar a Amazônia” (Torres, 2005, p. 27).

E prossegue a autora:

A imagem da mulher parideira atravessou oceanos e se estabeleceu no imaginário das populações europeias como um anti-valor, factível apenas as raças inferiores e atrasadas. O poder lusitano que incentivava os relacionamentos amorosos, o concubinato, o casamento e a prática liberalizante do sexo para o crescimento da taxa de natalidade em curto espaço de tempo, legou à mulher índia da Amazônia o opróbio do erotismo e da prostituição (p. 28).

Foi desse modo que se constituiu a representação da mulher índia no Brasil e no Amazonas. Consideradas inferiores em diversas perspectivas, mas de forma singular

sobre a da sexualidade, disso decorre um processo de marginalização e desrespeito, “daí que a justiça muitas vezes foi cega aos direitos das mulheres e crianças índias e mestiças, permitindo que brancos regatões e mesmo altos funcionários públicos fossem agraciados com mulheres e crianças, raptadas, presas ou doadas ...” (Costa, 2005, p. 66).

Para Costa (2005) houve uma distorção da cultura indígena, em relação à sexualidade, que não se prendia aos preceitos tradicionais ocidentais dos colonos. Os indígenas seguem outros parâmetros para o exercício da sexualidade, desse modo, para a autora acima citada, faltou compreensão e respeito com a moralidade indígena. Nas palavras da autora:

Sabe-se pela historiografia que os comerciantes, os homens de maior posse usavam as índias como escravas para o trabalho e para o uso sexual. Aproveitaram uma brecha na cultura indígena para distorcer o seu comportamento. Sabe-se também que os tuxauas eram polígamos, mas o resto da tribo não. Para os brancos a poligamia era sinal de prestígio e para isso não pouparam nem as índias, nem as caboclas. A própria coroa portuguesa fomentou casamento entre colonos e índias, inicialmente, premiando-os com sesmarias e instrumentos de trabalho. Sabe-se mesmo que os índios se sentiam honrados em oferecer suas mulheres aos brancos. Esse costume até hoje ainda é encontrado entre os índios Marubo, no rio Javari. Constitui um ato respeitoso de hospitalidade para eles (Costa, 2005, p. 174).

Constituiu-se na prática a dominação e exploração da mulher índia, seja dos seus trabalhos físicos, seja de seus corpos com explorações sexuais. Todo esse processo histórico tem consequência para a representação da mulher amazonense até os dias atuais (2005), sejam estas mulheres indígenas ou não.

Costa (2005) defende a ideia da distorção cultural e Torres (2005) defende a ideia de que, foi o povoamento da Amazônia, o pano de fundo para disseminação da imagem da mulher amazônida, como sendo fácil sexualmente, o que possibilitou todo tipo de abuso moral e sexual contra as mulheres. “Esse estigma, com efeito, permanece latente na vida das mulheres amazonenses desde os primórdios da sociedade colonial...” (Torres, 2005, p. 66) e nas análises da autora, “essa carga discriminatória que afeta profundamente a imagem da mulher amazônida não deixa de ser um determinado tipo de violência contra a nativa” (Idem, p. 67).

Portanto, percebemos uma classificação da mulher indígena como sexualmente *fácil* e outras categorias similares, o que representa na verdade a intenção de povoamento da Amazônia (Torres, 2005), com incentivo a casamentos, e consequentemente abusos e outras atrocidades com o gênero feminino.

1.3 Espaços públicos e privados: qual o lugar da mulher indígena?

As mulheres de modo geral sempre atuaram no âmbito do espaço privado, do lar, da família nos cuidados com os filhos e com afazeres domésticos. No entanto, como ressalta Costa (2005, p. 77) “... as relações de gênero não são universais, elas podem ser de dominação e diferença, de igualdade ou de complementaridade”.

Diante do acima exposto, que fique claro que as mulheres indígenas seguem outro padrão cultural, diferente do sistema ocidental. Assim, é preciso certo cuidado, ao lidar com a cultura indígena, Grubtis *et. al.* (2005) ao se aproximar de um grupo indígena afirmam “Assim, notamos que circula muitas vezes uma idéia errônea de que os índios seriam "machistas", conferindo à mulher um papel inferior. Isso não é necessariamente real, mas algo que pode ser compreendido com clareza a partir das relações sociais Kadiwéu” (p. 371).

Na Amazônia há autoras que defendem o papel ativo das mulheres, na organização social das comunidades que fazem parte, embora às vezes sejam *invisibilizadas*, elas assumem papéis para além do espaço privado, de acordo com Nascimento e Torres (2011, p. 265) “as mulheres da Amazônia sempre exerceram um papel importante na região, quer seja como trabalhadoras agricultoras, extrativistas e pescadoras, quer seja como organizadoras de comunidade”. Mesmo assim, é preciso diferenciar as mulheres, caboclas, urbanas e índias na Amazônia, pois em outro contexto do Brasil Grubtis *et. al.* (2005) nos apontam que:

Contrariando idéias que circulam entre os não índios, começamos a perceber que o papel feminino e sua influência na comunidade indígena, apesar de manterem algumas semelhanças com situações observadas nas comunidades rurais da região e mesmo da cidade, revelavam algumas especificidades importantes que indicavam diferenças significativas em relação à sociedade nacional envolvente e mesmo entre os diferentes grupos étnicos estudados, incluindo a questão de gênero nas suas interfaces com trabalho, poder e participação política (p. 363-364).

Essa questão de papel e poder também tem variação entre as diferentes etnias que existem no Brasil, isso é claro e notório. Desse modo, é preciso ficar atento para não generalizar, bem como não igualar condições sociais a partir da categoria indígena, pois é certo que há variação, como assevera Segato (*apud* Nascimento, 2011, p. 280):

Na cultura indígena, a distância entre dominação e subordinação é variável, ou seja, encontramos uma melhor ou pior distribuição de poderes. Da mesma forma, há culturas onde as pessoas são mais interdependentes ou onde os

espaços de autonomia são mais bem distribuídos entre os gêneros. Por exemplo, a mulher pode ter poder e autonomia no espaço doméstico e na vida econômica do grupo.

No entanto, o relato de Elizabeth Agassiz nos remete a uma divisão sexual do trabalho no século XIX, claramente demarcada em que a mulher ficava com o espaço do lar, enquanto o homem o espaço do trabalho fora de casa, nas palavras da autora:

O homem, como todos os índios das margens do Amazonas, é pescador e, com exceção dos cuidados exigidos pelo seu pequeno domínio tem como exclusiva ocupação a pesca. Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa; não carrega água, nem lenha, nem pega mesmo nas coisas pesadas. Ora, como a pesca só se dá em determinadas estações, ele folga a maior parte do tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e por certo as que temos diante dos nossos olhos justificam perfeitamente essa opinião... (Agassiz & Agassiz, 1975, p. 120)

Não se pode deixar de considerar que a descrição da autora é contextualizada em um período histórico e visivelmente enviesada por preconceitos. No entanto, vemos uma divisão clara entre as ações de cada gênero no âmbito familiar, apesar dos aparentes exageros da autora. Para aquele contexto, por diversas “distâncias” que havia entre as sociedades amazônicas e a autora, ficaria difícil imaginar o que nos coloca Reis Filho e Torres (2015) sobre o trabalho entre os Sateré-Mawé:

A mulher trabalha efetivamente no trabalho da roça que está associado à representação da terra que é feminina, que se dá desde o preparo da roça, limpeza da área a ser cultivada, na colheita e na produção final da farinha, assim como o homem realiza o seu trabalho de caça e pesca que associa à guerra e às habilidades masculinas inscritas em seu universo mítico (p. 33).

Portanto, os autores analisam a divisão do trabalho a partir de como os sujeitos estão situados no mundo, a forma como o interpretam, sendo que a divisão se complementa e se relaciona com seus mitos. No caso das roças segundo os autores, os homens desenvolvem um trabalho posterior que o de derrubada de árvores, limpam o roçado para que seja plantado pelas mulheres. Esse é um aspecto muito importante do entendimento das sociedades indígenas, que não podem ser interpretados ou analisados de forma simples, é preciso ficar muito atento para compreender esse processo de divisão de trabalho e seus reais significados.

Embora exista essa demarcação histórica da esfera pública ser um espaço de homens, as mulheres nunca estiveram totalmente passivas as suas condições do espaço privado, para Torres (2005, p. 58) “...a mulher sempre lutou pelo seu espaço na

sociedade, em menor densidade em tempos pretéritos e com grande fervor nos tempos atuais”. E as mulheres indígenas podem demonstrar outra faceta dessa divisão sexual do trabalho, mas também enfrentam dificuldades para atuarem na esfera política, por preconceitos de gênero (Sacchi, 2006; Nascimento, 2011; Santos, 2013). No entanto, existem singularidades nas organizações indígenas,

Através dos exemplos de várias sociedades em que ocorre a complementaridade das atividades entre homens e mulheres, não é correto afirmar que a mulher seja excluída universalmente das esferas sociopolíticas. Ao enfatizar que os homens são os principais detentores dos ritos e atividades políticas nos diversos povos, muitas vezes se omitiu o fato de que as mulheres freqüentemente estão presentes de uma forma ou de outra nesses momentos. As lideranças indígenas não dominam os membros de suas comunidades, pois as decisões tomadas por eles e a eleição para ocupar cargos comunitários são resultados da aprovação de todos os membros. As opiniões das mulheres, nesse sentido, também são levadas em conta (Sacchi, 2006, p. 35).

1.4 Os porquês da luta

Podemos afirmar que as próprias condições do gênero impulsionaram e impulsionam as mulheres para a luta, pois as lutas das mulheres não são as mesmas dos homens, quando se pensa a partir de gênero. Nem mesmo a história de luta das mulheres pode ser igualada, foi desse modo que o próprio feminismo após as suas principais lutas nos anos 1960, passa a ter o reconhecimento de que nem todas as mulheres eram contempladas com as reivindicações feministas, que se pautavam no contexto de mulheres brancas e muitas delas ricas, de certa forma com alguns privilégios.

Foi a partir da diferença das reivindicações que as mulheres negras começaram a não se identificar com as mulheres brancas, se reconhecendo e colocando em pauta temas que lhes representavam. Elas foram às pioneiras em abordar a questão, no espaço do próprio feminismo refletindo e possibilitando novos debates, mas é preciso reconhecer que mulheres indígenas, caboclas, asiáticas, etc. também não se reconheciam, ou se quer faziam parte, das lutas gerais do movimento feminista, nos seus primórdios.

É assim do reconhecimento ou da falta do mesmo, que as mulheres indígenas começaram a se organizar, identificando que seus problemas não eram universais, que algumas demandas sociais eram específicas do seu gênero ou relacionadas a ele. Diante disso, Santos (2013) ressalta algumas das pautas colocadas pelas indígenas *em movimento*:

A violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas, foram inseridos pelas mulheres indígenas no seio do movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas (p. 59).

O que temos é uma demarcação de temáticas com relação direta ao gênero feminino, as suas atuações nos espaços domésticos as condiciona ao entendimento de algumas questões de forma singular. E foi nessa “brecha” que as mulheres reconhecem suas forças, para assegurar o direito a luta na política. De acordo com Sacchi (2006, p. 58)

Devido a interligação de suas demandas em todas as esferas, as mulheres podem assumir a seu favor o papel preponderante que ocupam no enfrentamento das dificuldades de seus povos. Por suas funções nas atividades de subsistência familiar, de elo entre filhos e esposos no aconselhamento e resolução dos problemas, e participação na luta contra as violências vivenciadas pela sociedade nacional e por seus maridos, justificam a entrada no mundo formal da política.

Assim, é preciso reconhecer que as reivindicações dos movimentos indígenas, em que as mulheres “aparecem” remetem ao período do golpe de 1964 a 1985 (Santos, 2013). No entanto, “a partir da década de 1970, foi conduzido majoritariamente pelas lideranças masculinas, líderes carismáticos reconhecidos nacional e internacionalmente” (Sacchi, 2006, p. 26) e é a partir da constituição de 1988 que as mulheres, junto com os indígenas de modo geral, conseguem mais visibilidades políticas (Sacchi, 2006). Tal fato impulsiona a outras lutas nos anos posteriores:

As mulheres indígenas brasileiras, a partir da década de 1990, começaram a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas na Amazônia Brasileira. Tal década trouxe a novidade da institucionalização das demandas por igualdade e respeito às diferenças de gênero no meio indígena brasileiro (Sacchi, 2006, p. 55).

É no estado de Roraima que as mulheres indígenas têm pioneirismo em organização política, inicialmente com a ajuda da Igreja Católica (Sacchi, 2006; Santos, 2013) e “em 1999, ao unificarem-se as organizações de mulheres indígenas de Roraima, foi oficializada a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR” (Santos, 2013, p. 65). De acordo com Sacchi (2006, p.18) “é uma das primeiras organizações indígenas fundadas no país e as mulheres sempre estiveram presentes nos momentos importantes das lutas desses povos” e,

A OMIR constitui-se como uma organização específica que expande o universo de ação das mulheres, nela envolvidas. Esta foi pensada a partir da necessidade de organização e representatividade das mulheres indígenas, que sempre teve participação decisiva na luta dos povos indígenas, mas não era reconhecida pelos líderes das comunidades (SANTOS, 2013, p. 58).

Tal organização se institucionaliza nos anos 1990, porém o grupo de mulheres já se organizava em algumas questões, porém sem o reconhecimento “legal”. O reconhecimento enfrentou muitas dificuldades, devido a “saída” das mulheres para o espaço público não ser aceita, tanto no espaço público com as lideranças masculinas, quanto no privado com os próprios companheiros (Sacchi, 2006; Santos, 2013). No entanto, foi um passo importante, na força política que esse grupo roraimense obteve, pois

“as organizações políticas atuais acabaram oferecendo maiores oportunidades para a participação das mulheres indígenas na cena pública. Como coordenadoras e associadas de organizações específicas de mulheres, envolvem-se em diversas atividades além da esfera de suas comunidades, nos âmbitos nacional e internacional” (Sacchi, 2006, p 75).

O pioneirismo em Roraima não esteve nem está isento de problemas que surgem de diversas ordens, as mulheres ainda encontram desafios com a própria organização interna;

Mesmo tendo havido todos esses avanços, percebemos que os desafios do processo organizativo são muitos para essas mulheres que enfrentam a vergonha da exposição pública, as dificuldades de comunicação com os tuxauas e lideranças, os maridos ciumentos que não as deixam participar das reuniões (SANTOS, 2013, p. 60).

No âmbito externo, assegura a autora:

Ainda que a organização roraimense tenha conquistado importante espaço na política indígena nacional, o que se constata é que as mulheres indígenas são ainda quase que “invisíveis” para o indigenismo brasileiro, apesar dos avanços efetivados nos últimos anos no Brasil, no tocante às políticas sociais. (Idem, 60/61).

Portanto, percebemos que há um aspecto de luta de mulheres indígenas, no território brasileiro, que buscam ser ouvidas naquilo que as atinge. Por outro lado é possível perceber questões que dificultam esse movimento, no espaço político, elas ainda são marginalizadas de certa forma, quando suas lutas não são reconhecidas, quando suas pautas não recebem prioridade. Percebemos as amarras da construção de gênero, ao deixar em segundo plano os *assuntos das mulheres*, uma questão histórica no

Brasil. No espaço público as mulheres sempre foram consideradas e deixadas para segundo plano, parece que com as mulheres indígenas, embora possamos observar variações, também há uma relação de construção de gênero e invisibilidade política advinda tanto do contexto interno as sociedades indígenas, quanto ao externo quando se pensar o território nacional e suas políticas.

As questões referendadas acima justificam os porquês das lutas das próprias mulheres, pois a invisibilidade também contribui para que assuntos que dizem respeito ao seu gênero não sejam debatidos via espaço público.

CAPITULO II

Mulheres por mulheres: o contexto do médio Solimões

O objetivo desse capítulo é fazer a apresentação e análise dos dados sobre a expressão das mulheres indígenas, nessa região do médio Solimões. As mulheres indígenas dessa região têm suas especificidades, logo suas lutas embora cruzem, em alguns pontos, com as de outras regiões, também tem suas peculiaridades. Suas expressões nos lugares públicos, como agentes políticas que reivindicam direitos, pode ser a demonstração de um papel ativo na busca por direitos, que historicamente não foram assegurados, seja para o seus grupos étnicos ou para as mulheres de forma particular. A forma como elas aparecem nesse debate público é o principal foco desse capítulo. Sabe-se que a expressão delas ainda recebe dificuldades, que vem sendo barradas pelo movimento de mulheres indígenas de modo geral, porém ainda é possível perceber certas limitações quando a pauta “é de mulher”.

2.1 Aspectos históricos da luta das mulheres indígenas do médio Solimões

As mulheres indígenas do médio Solimões acompanham o avanço das lutas indígenas no Brasil, pois há um indicativo de que elas estiveram em luta, desde os anos de 1990 junto ao movimento amplo de reconhecimento (via demarcação como TI) de alguns territórios dessa região. De acordo com Sacci (2003, p. 95) “As mulheres indígenas, a partir da década de 1990, começam a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas na Amazônia Brasileira”.

O indicativo desse movimento, especificamente no médio Solimões, é feito no livro de Faulhaber (1998), em que há a indicação da existência de uma associação de mulheres, que participou de determinada assembleia organizada pelos povos indígenas do médio Solimões. Na ocasião a autora destaca que, se faziam presentes representantes de associações, entre as quais a AMINS (Associação das mulheres indígenas do médio Solimões). No decorrer de toda a obra da autora não se vê qualquer outra menção ou reflexão em torno dessa associação de mulheres. Já Souza (2011) faz a seguinte afirmação

AMIMSA (Associação de Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes): foi formada no final da década de 1990 (AMIMS) e atua junto à UNIPI (União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes) e

ACPIMSA, principalmente no que diz respeito à saúde, terra e cultura (como em programas de artesanato) (p. 85).

Portanto, a associação que é atuante nos dias de hoje, na região, se “transformou” de AMIMS citada por Faulhaber (1998) em AMIMSA, segundo uma matéria on-line da mídia independente, tal matéria reporta a primeira assembleia da AMIMSA e destaca que: “a AMIMSA² foi criada no final dos anos 80 como parte da UNI-Tefé, mas agora está sendo fundada como organização autônoma” (2008, s/p). Com essas informações, temos como certo esse envolvimento das mulheres formalmente organizadas em uma associação nos anos de 1990. A pesquisa nos documentos nos direcionou, de forma singular, para a organização de mulheres indígenas por meio de associação, pois

As agências indigenistas na região são relativamente recentes: o CIMI é de 1984 e o posto da FUNAI é de 1988, o que é reflexo da demarcação tardia de áreas indígenas. Apenas a Terra Indígena (TI) Méria e TI Miratu foram reconhecidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nas décadas de 1920-30 (Souza, 2011, p. 16).

Nos anos anteriores aos de 1980 não foi possível identificar a atuação de mulheres. No entanto, não podemos afirmar que as mulheres não atuaram de alguma forma, pois se houve demarcação de TI em 1920 e 30 possivelmente elas atuaram de alguma forma, porém na nossa investigação não encontramos registros. E assim, se chega aos dias atuais com uma associação de mulheres com certo impacto na região. De acordo com Souza (2011)

...as organizações indígenas de alcance regional têm sua sede também em Tefé, como a União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (UNIPI-MAS), Associação de Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AMINSA) e a Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (ACPINSA) (p. 16).

É importante frisar o crescimento de organizações indígenas após a constituição de 1988, como já destacado no primeiro capítulo, e “esse crescimento é resultante do fortalecimento da configuração política indígena. O movimento indígena conquistou o reconhecimento social graças à apropriação do universo ideológico de seus aliados não governamentais” (Tavares, 2012, p. 31). A associação de mulheres nessa região do médio Solimões acompanha esse processo de maior mobilidade pela causa indígena, vinda dos próprios indígenas.

² É importante frisar que a denominação não era AMIMSA, mas sim AMIMS.

A AMIMSA, portanto, se constitui formalmente no ano de 2009, isso faz com que seja possível encontrar suas pautas registradas por meios de documentos. É por meio dessa associação que se pode contar um pouco da história das mulheres indígenas no médio Solimões em movimento. Assim, os anos de 2010 a 2018 se tornam coerentes como demarcação dessa pesquisa porque é possível analisar essa atuação institucionalizada das mulheres.

As poucas informações que temos demonstram, como já citado, a existência do movimento não institucionalizado como foi possível ver em Faulhaber (1998) e também Paula Junior & Figueiredo (2009) afirmam que a primeira assembleia da AMIMSA ocorreu em novembro de 2008, e asseguram os autores:

Aproveitando a estrutura e organização da assembleia da ACPIMSA, no dia seguinte as mulheres indígenas realizaram a sua primeira assembleia. A organização de mulheres indígenas já é antiga na região, porém nunca uma associação havia sido legalizada. Por isso assembleia das mulheres procurou definir o estatuto e eleger a nova diretoria. As líderes indígenas empossadas utilizaram a rádio para legitimar a identidade indígena feminina, as indígenas também utilizaram a rádio para entrevistar si próprias, tal processo serviu para integrar as mulheres de outras aldeias e mobilizar todas na luta pelos seus direitos, inclusive na elaboração de projetos (Paula Junior & Figueiredo 2009, p. 07).

Assim, se tem a primeira assembleia com a institucionalização da AMIMSA, a associação que representa as mulheres indígenas no médio Solimões. Porém, a associação só foi reconhecida legalmente no ano de 2009.

2.2 AMIMSA: sua constituição enquanto associação e suas bandeiras de luta

Associação de Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes representa um processo de luta para as mulheres, uma luta que rompem as barreiras que existem para as mulheres em espaço público. Aberta legalmente e registrada com CNPJ em 19 de janeiro de 2009, com natureza privada juridicamente.

A organização legal, da associação, dá certa legitimidade ao processo de luta. A luta das mulheres também teve resistências internas, como é possível observar no relato da ata da IV assembleia da AMIMSA que ocorreu em Tefé, que também teve destaque para o histórico, os ganhos e a importância da organização. Por meio desta ata foi possível identificar e analisar a narrativa das próprias mulheres, sobre o processo de criação da associação. Fragmentaremos o primeiro ponto discutido por elas, em três

partes a partir da fala de três mulheres indígenas, sendo que a pauta era: *Históricos da AMIMSA, Desafios e Perspectivas*.

Relato I – *M³. deu início o histórico informando que o movimento das mulheres nasce no interior do movimento indígena local, a UNI Tefé, nos anos 1990. Comenta que as mulheres lutaram e conseguiram inserir em cada aldeia uma representante e apoiadores. De Japurá à Fonte Boa teve atuação. Nesse período ocorreram oficinas de Culinária e medicina Tradicional, e outros cursos, reunindo diversas aldeias. Na Terra Indígena Marajaí, onde mora, foi construído um canteiro medicinal atuando com os Agentes de Saúde. M. lembra que nesse período o grupo trabalhava sem haver recursos para dar continuidade ao trabalho, pois a UNI Tefé que era a principal apoiadora já estava defasada. Foi quando iniciaram a mobilização para a realização da assembleia das mulheres. M. conta que houve desarticulação e que o projeto para viabilizar o encontro quase foi interrompido pela interferência do movimento indígena, que ficou à frente. Circulou a informação de que não haveria o encontro e alguns homens indígenas é que participaram representando a elas. Nesse contexto de fechamento da UNI Tefé, todo o material relativo a AMIMSA foi perdido, não sobrou nenhum documento. O movimento das mulheres ficou enfraquecido e nessa época não tínhamos a força decisão das mulheres, o grupo de decisão de conversa para decidirmos o que faríamos dali para frente. Os representantes da UNI Tefé apenas agradeceram a ela pelo trabalho feito no movimento, sem reconhecer todo o esforço do grupo que viajava e atuava debaixo do sol e da chuva. Passou o tempo e ela diz que está de volta, que não saiu do movimento das mulheres. Que está aqui hoje (Ata AMINSA, 2017, s/p).*

Esse relato resgata o histórico do movimento de mulheres indígenas, com início nos anos 1990, sua relação de dependência ao movimento maior, as pautas de atuação junto às mulheres. Destaca também um pouco dos desafios para a associação, o que se assemelha ao que destacamos no capítulo anterior sobre a organização de mulheres indígenas de Roraima, a organização de mulheres indígenas não recebe o mesmo “valor” que outra associação com lideranças masculinas, o que reforça as amarras de gênero e espaço público.

Relato II – *E. inicia sua fala, dando seguimento ao histórico do movimento das mulheres, comentando que como pudemos perceber na apresentação da M., o*

³ Optamos por preservar a identidade das mulheres e deixamos somente a letra inicial.

movimento das mulheres era inserido dentro do movimento indígena mais amplo no estatuto da UNI Tefé. Então, as mulheres tinham representatividade, mas sem autonomia. As mulheres participavam nas atividades, nos cursos de saúde, de parteira e outros. Nossa programação era inserida na da UNI Tefé, não como pauta do movimento de mulheres. Não tínhamos autonomia, recurso ou pauta específica. Quando a UNI Tefé acabou e 2009 nós ficamos sem saber quem iria nos representar e ficamos sem saber como atuar. A próxima diretoria do movimento vem fraquinha, e foi quando decidimos chamar algumas pessoas, na época a R., a N. e começamos pensando na criação da Associação não ligada mais ao movimento indígena, buscando parcerias com outras instituições. Com isso buscávamos fortalecer a atuação e a pauta das mulheres e aprender como fazer e se organizar, porque quando somos conduzidos não aprendemos com fazer. Nesse momento é que sentimos o preconceito dos próprios indígenas e parentes que diziam que não sabíamos fazer e como nos organizar. Relata a dificuldade do movimento indígena liderado pelos homens em aceitar a atuação das mulheres. Conseguimos com apoio do prefeito, da Prelazia e alguns projetos adquirir uma lancha, e lugar para trabalharmos. Criamos o estatuto e registramos a associação. Comenta o histórico das assembleias, ocorridas em 2008, no Irmão Falco, a segunda em 2013 na Barreira da Missão, a terceira em 2015 em Marajaí e esta que está ocorrendo hoje (Ata AMINSA, 2017, s/p).

Essa narrativa apresenta o processo de dependência, do movimento de mulheres indígenas, da associação maior e quando se acaba a associação às mulheres perceberam que o tamanho da dependência era maior, pois não sabiam como direcionar o movimento, no entanto foi desse momento de falta de direcionamento no movimento que as mulheres se uniram, para ter autonomia como associação e buscar melhorias para as pautas referentes às mulheres indígenas. A credibilidade das mesmas foi colocada em questão, pois como destacado no relato, os homens não acreditavam em uma organização vinda delas mesmas, porém suas articulações na busca por outras parcerias institucionais fez com que o movimento pela associação ganhasse força e se consolidasse como associação.

Relato III – *R. dá continuidade ao histórico da AMINSA reforçando que os preconceitos dos parentes dificultou e colocou outros desafios para a organização das mulheres. Outras mulheres engajaram-se nesse movimento, lembrando a dona T. da Terra Indígena Porto Praia. Comenta que contaram com o apoio de pessoas não*

indígenas, conseguindo uma sede provisória desde a qual seguiram lutando e se articulando para continuar os trabalhos e para a representação efetiva das mulheres na pauta dos assuntos indígenas na região. Raimundo destaca duas grandes conquistas: o Primeiro curso de técnico em enfermagem e o curso de formação de professores indígenas, ambos com apoio da UFAM e de outras instituições, como o CIMI Tefé. Reforça a necessidade de união e articulação em contextos como este em que políticas do governo estão contra os povos e comunidades tradicionais, contra a biodiversidade, contra as mulheres e contra as terras indígenas. Relata e corrobora o desafio enfrentado por elas em relação a falta de apoio. Parabeniza N. pela persistência no movimento e por estar a frente da AMIMSA. Relembra que as mulheres foram protagonistas na conquista de muitos direitos, lembrando sobre a situação em Uarini, onde elas estão á frente da conquista da territorial (Ata AMINSA, 2017, s/p).

Para além do preconceito com as mulheres no espaço público, nesse relato também aparece o que a AMIMSA conquistou nos seus primeiros “passos”, a necessidade e a importância das parcerias em busca de apoio, para políticas públicas, bem como reconhece que as minorias ainda são marginalizadas pelo Estado brasileiro.

Ainda seguindo as narrações do processo histórico, temos o seguinte registro feito pelo CIMI:

Assembleia da Associação das Mulheres Indígena do Médio Solimões e Afluentes (AMIMSA) e I Curso de legislação sobre o direito da mulher com os temas: Saúde da mulher, Lei Maria da Penha, Constituição Federal. Contou com a participação de 43 mulheres indígenas das regiões de Marãã, Fonte Boa, Alvarães, Uarini, e como convidados e assessores: assessoria jurídica do CIMI Regional Norte I, profissionais de saúde da SESAI, Equipe do Cimi da Prelazia de Tefé e representantes da Secretaria para Assuntos Indígenas e do Interior. O encontro foi de muitas discussões e depoimentos feitos pelas mulheres, as participantes destacaram a importância de estarem se empoderando sobre os direitos da mulher, direitos indígenas e principalmente seu envolvimento com o movimento indígena para fortalecer e unificar as forças. A partir dos conhecimentos adquirido no curso foi elaborado um documento a ser encaminhado para a FUNAI, UMIABI⁴, SESAI, MPF⁵, Previdência Social, Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Marinha, Secretarias Municipais de Saúde, educação, assuntos indígenas, esporte e lazer, produção e cultura, SEIND, COIAB⁶, Mamirauá, Prefeituras Municipais de Tefé, Marãã, Uarini, Alvarães e Fonte Boa, Exército Brasileiro, CONAMI, onde as mulheres pedem apoio em suas reivindicações e o cumprimento das obrigações legais desses órgãos, bem como, respeito as suas especificidade e as tratem com dignidade. Na oportunidade foi feita a

4 União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

5 Ministério Público Federal

6 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

alteração no Estatuto Social da AMIMSA e a realização da eleição para a escolha da nova diretoria, sendo eleita como coordenadora a indígena Ticuna Ercília Vieira, da aldeia Tupã-Supé, do município de Uarini (Relatório Anual CIMI, 2013).

As mulheres por meio das ações da AMIMSA realizaram o debate sobre violência contra as mulheres e direito, junto com instituições importantes para as questões indigenistas, elas elaboram uma carta para que suas reivindicações fossem além do debate da assembleia. Nesse mesmo momento tem-se a segunda eleição para a diretoria da associação, se tornando presidente a Ticuna Ercília, uma grande liderança com atuação até os dias de hoje.

As mulheres indígenas têm a “marca”, em suas histórias de luta, o preconceito, a falta de credibilidade, a desconfiança, etc. É uma questão desafiadora, porém as mesmas não são intimidadas, percebemos que elas se unem e buscam se articular entre elas mesmas e com outras instituições para fortalecer a causa das mulheres, via movimento. E as mulheres indígenas do médio Solimões acompanham esse fortalecimento da Amazônia, em relação à organização de movimento de mulheres indígena, pois no processo histórico temos que:

Os Departamentos de Mulheres Indígenas da COIAB e da FOIRN foram ambos criados em 2002. O DMIAB/COIAB, com representação nos nove estados da Amazônia brasileira, foi formalizado no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, evento ocorrido em Manaus, com participação de 70 lideranças (de 20 organizações e 30 povos indígenas). Seu objetivo geral é o de promover a participação das mulheres indígenas nas diversas instâncias assim como assegurar seus direitos, e também contribuir para o avanço do movimento indígena (Sacchi, 2003, p. 98).

A organização das mulheres indígenas de Roraima é bem distinta, nesse processo, porém o movimento ganha força nos anos 2000, com maior aderência das instituições a pauta das mulheres. No médio Solimões o movimento também caminha desde o final dos anos 80, ganha certa força nos anos 90, mas se consolida, com autonomia a partir dos anos 2000, especialmente do final da primeira e início da segunda década.

Desse contexto temos que destacar que houve o protagonismo de algumas mulheres, pois elas foram fundamentais nesse processo de construção e consolidação da AMIMSA, que tem uma representação significativa para a história do movimento indígena feminino no médio Solimões e afluentes. O “movimento” da AMIMSA impulsiona as mulheres em ações coletivas, na busca por direitos.

2.2.1 AMIM e o aumento das organizações de mulheres indígenas

Outra associação que existe na região do médio Solimões, com a configuração voltada para mulheres e organizada por mulheres é a Associação das Mulheres Indígenas Mayoruna (Amim). Tal associação foi criada no ano de 2012, segundo informações publicadas em uma matéria (que analisaremos a seguir) do site do CIMI.

A associação se consolidou a partir da primeira assembleia da associação, que aconteceu entre 14 e 15 de janeiro de 2012, na aldeia Marajaí. De acordo com a matéria publicada no site do CIMI:

A assembleia teve como objetivo a fundação da associação, com realização da eleição da diretoria, discussão e aprovação do Estatuto Social, bem como eleição da Coordenação Executiva e votação para os componentes do Conselho Fiscal. Os eleitos tomaram posse ainda na assembleia (2012, s/p).

No processo formal se debateu a importância da organização de mulheres, enfatizando que o movimento é importante para todos, não só para elas. Também foi apresentado, debatido e aprovado o estatuto da associação. Consta ainda na matéria que:

De maneira consensual, a diretoria aclamada ficou com a indígena Maria de Nazaré Lima dos Santos como presidente e na vice-presidência, Joselma Noteno de Almeida. Já a primeira secretária será Eriane Santos de Souza tendo Veronica dos Santos de Oliveira como segunda secretária (2012, s/p.).

Portanto, se ver uma composição estritamente feminina na direção da associação. Nesse mesmo evento o tuxaua proferiu um discurso, reproduzido na matéria, que exalta as mulheres na organização desse movimento, a seguir reproduzimos a fala dele: “Há bastante tempo queríamos organizar o movimento de mulheres aqui na aldeia e hoje estamos fazendo isso. As mulheres estão em todos os espaços, conquistando seus direitos, compromissadas pela luta e por seu próximo” (Tuxaua Lourival, 2012, via matéria CIMI).

É possível perceber que o Tuxaua acompanhava os processos de organização de mulheres indígenas de uma forma ampla ao destacar que as mulheres estão em todos os lugares, ele percebe essa participação e considera a organização formal como relevante para o seu povo. Não podemos considerar que as mulheres Mayoruna, dessa aldeia, não tenham enfrentado dificuldades com a “força” masculina, no entanto, o apoio da liderança da aldeia é fundamental para que as mulheres se legitimem diante de todos.

2.3 Expressão qualitativa da atuação da AMIMSA

A AMIMSA tem forte atuação política no médio Solimões e sua expressão pode ser observada em alguns atos de reivindicação e conquista de direito para os seus e as suas. É importante destacar que de acordo com o Estatuto Social da Associação, no seu artigo segundo: “a base territorial da AMIMSA corresponde aos municípios: Tefé, Alvarães, Uarini, Japurá, Fonte Boa, Jutai, Carauari, Itamarati, Juruá e Coari”, logo, percebemos que a sua abrangência ultrapassa o médio Solimões.

O princípio das questões a serem reivindicadas, pela associação, se encontra no artigo 4º do estatuto social da mesma, que são:

I – Estimular, articular os grupos de mulheres locais e apoiar a sua participação nas aldeias e organizações indígenas;

II – promover a reflexão das mulheres para sua autonomia cultural, social, econômica e política.

III – Incentivar e valorizar a preservação das tradições culturais dos povos indígenas.

IV – Representar e defender os direitos das mulheres indígenas na região, no Brasil e no mundo.

V – Manter e articular com organizações nacionais e internacionais, o fortalecimento da luta pela resistência indígena;

VI – Apoiar, incentivar e unir forças e parcerias quando necessárias, as organizações não indígenas engajadas na luta pela resistência indígena e popular;

VII – Promover cursos, encontros, reuniões, seminários, assembleias e outras formas de debates de assuntos que sejam de interesse das mulheres e dos povos indígenas;

VIII – Buscar recursos financeiros em benefício das mulheres indígenas.

IX – Ajudar a fortalecer o movimento da organização das mulheres e povos indígenas nas aldeias e nas cidades (Estatuto Social AMINSA, 2009, p. 01).

Diversos aspectos para assegurar direitos básicos e o bem viver das mulheres indígenas são assegurados nos objetivos da AMIMSA. E tem sido com base nesses princípios que a organização demonstra que tem alcançado resultados, tanto para as

mulheres, quanto para seus grupos. A seguir descrevemos uma conquista assegurada com a reivindicação da AMIMSA e que foi destaque na imprensa do Amazonas. O jornal *A Crítica* divulgou uma matéria em março de 2012 cujo título era: *Indígenas de Maraã, no interior do Amazonas, começam a comercializar o Puxuri em 2012*. O desenvolvimento da matéria discorre sobre a possibilidade de comercialização do referido produto pelos indígenas Kanamari do município de Maraã, segundo a matéria “o projeto de atuação na área entrou na pauta de discussão e deverá ser elaborado pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), a pedido da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AMIMSA)” (A crítica, 2012). E tal projeto tem consequência de que:

Aproximadamente 12 toneladas dessa semente aromática e de propriedades medicinais estarão disponíveis para comercialização ainda no primeiro semestre deste ano. O projeto é desenvolvido por indígenas da Terra Indígena Maraã/Urubaxi, em parceria com o Governo do Amazonas (A Crítica, 2012).

Uma quantidade expressiva do produto passou a ser comercializado por esse grupo indígena, que teve impacto na economia, com a venda do produto. Em outra matéria vinculada na imprensa a atuação da AMIMSA foi importante na valorização das mulheres indígenas e seus trabalhos para a própria comunidade, de acordo com a matéria:

Como parte do projeto de valorização das mulheres indígenas do médio Solimões e afluentes, um grupo de 15 Tikunas se reúne a partir desta quarta-feira (19), na comunidade de Porto Praia, para participar da Oficina de Olericultura Básica. A atividade prossegue até o próximo sábado no município de Uarini (a 568 quilômetros de Manaus), com o objetivo de incentivar os participantes a trabalhar na produção de hortaliças, a utilizar a atividade para geração de renda e a inseri-la na merenda escolar da comunidade (Portal Marcos Santos, 2012).

Tal oficina ocorreu devido à solicitação da AMIMSA, com o intuito de atender seus objetivos para com as mulheres indígenas nessa região. Com esses dois modelos vinculados a imprensa é possível perceber que a atuação da associação, desde a sua consolidação em 2009, tem sido relevante em seus propósitos, seguramente não está isenta de problemas, no entanto, é uma associação de destaque no Médio Solimões e tem o reconhecimento pelas mulheres e por outras instituições que trabalham com questões indígenas.

2.4 Expressão quantitativa de atuação de mulheres no médio Solimões

A expressão quantitativa de mulheres indígenas em reuniões ou outros tipos de ação do CIMI é significativa, os documentos que tivemos acesso, que relatam as ações da instituição, apresentam a divisão de participantes por gênero e os números expressam a participação delas em diversas atividades.

Em um projeto denominado “Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes” realizado pelo CIMI entre junho de 2016 e julho de 2019, nos municípios de Tefé, Carauari, Japurá, Marañ e Itamarati, junto aos povos Kambeba, Maku Nadëb, Kanamari, Miranha, Kokama, Ticuna, Deni e Madja Kulina, a presença das mulheres foi significativa (Boletim Huhuride, 2017). Em todas as atividades elas foram envolvidas, com expressiva participação, em números. Nas primeiras atividades já se percebe a participação feminina de forma expressiva, conforme dados do CIMI, na apresentação do projeto: “O objetivo era convidar as pessoas a participarem das oficinas de formação político-jurídicas. Em todas elas (aldeias), a participação superou as expectativas. Foram: 459 pessoas, sendo 169 mulheres, que escolheram seus representantes” (Huhuride, 2017, p. 04).

Em um diagnóstico de lideranças, no referido projeto, muitas mulheres foram entrevistadas por meio da aplicação de formulário que pretendia identificar e qualificar algumas questões sobre o papel e atuação de lideranças, o relatório indica que “não houve uma distribuição equitativa, pois das 116 lideranças que responderam ao questionário, 61,2% eram do sexo masculino e 38,8% do sexo feminino”. No entanto, as conclusões do próprio relatório são:

Os dados parecem indicar que estão ocorrendo mudanças nos padrões de gênero nas comunidades indígenas pesquisadas, o que nos leva a inferir que: a) as mulheres parecem estar ocupando (ou se reconhecendo e sendo reconhecidas) como lideranças mais recentemente, b) ser jovem é um elemento característico das mulheres lideranças nessas comunidades (Relatório CIMI, 2016).

Portanto, embora a participação das mulheres seja menor, em expressão numérica, há um indicativo positivo da atuação delas em relação à idade, já que são as mais jovens que têm entrado nas lutas sociais, de acordo com os dados coletados. Esse processo expressivo foi crescente nos últimos tempos, em relatório de avaliação o CIMI destaca que:

Neste processo [de lutas indígenas atuais] surgem novas lideranças jovens e mulheres indígenas entusiasmadas na luta pela garantia de seus direitos, e estas lideranças estão ocupando grandes espaços nas discursões e se inserindo na organização representativa dos povos indígenas, assumindo funções e tendo poder de decisão, participação nos espaços proporção e implementação das políticas públicas, espaços de controle social, mobilizações nacionais, regionais e locais (Relatório semestral, 2018).

Nesse sentido, percebemos que o processo de envolvimento de mulheres indígenas jovens se mantém, com a inserção das mesmas nos papéis de agentes políticas da esfera pública, que buscam reconhecimento e valorização dos seus direitos e de seus povos. Em um ano de atuação do projeto, o CIMI tem o seguinte resultado:

As reuniões envolveram um total de 756 participantes indígenas, sendo que 99 pessoas participaram de mais de uma reunião, totalizando **657 beneficiários nesta atividade** (42% mulheres). Os participantes foram assistidos em casos de violações de direitos e receberam orientações e apoio das equipes sobre como proceder para exigir o cumprimento de seus direitos sociais, civis e políticos, bem como para a elaboração de documentos e denúncias encaminhadas aos órgãos públicos competentes (Relatório CIMI, 2017).

Os números expressam o quantitativo, porém a nossa análise se pauta no pressuposto de que as mulheres não são meramente receptoras nas atividades, nas quais estiveram presentes, mas que foram propositivas e reflexivas. Os dados numéricos que indicam a presença delas são extremamente relevantes, pois demonstram que elas não estão *destinadas* a espaços privados, elas saem das aldeias e buscam refletir junto com todos e todas, sobre os problemas que as atinge, bem como a seus povos.

Considerações finais

Falar de mulheres indígenas, no médio Solimões, é um desafio pela via dos registros documentais, como foi a nossa ideia aqui. É um *caminhar pela ausência*, os registros são poucos e dificultam a uma apresentação mais expressiva de dados que se *aproximem* de uma expressão da força que as mulheres indígenas têm, bem como a construção dessa força.

Também é preciso reconhecer a própria falta de estudos, que pudessem referenciar a nossa proposta. Há uma precariedade em trabalhos que se disponham a falar das mulheres indígenas e suas causas, embora existam trabalhos que discutam a causa indígena de modo geral no médio Solimões, no entanto exaltam mais o processo masculino de luta e invisibiliza as mulheres em diversos aspectos.

Para Lasmar (1999) a ausência de discussão acadêmica sobre mulheres indígenas tem a ver com a hegemonia da perspectiva masculina nas Ciências sociais (e incluímos aqui a História), mas também “a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, categoria étnica e racial ainda atrelada, na visão do senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas...” (p. 144).

É relevante destacar que as mulheres historicamente estão em movimento, mesmo nos assuntos que são debatidos na esfera pública, a invisibilidade científica é um limite criado pelos próprios métodos, que direcionam e delimitam as questões sem se atentar ao que dizem, mesmo sem expressar, as mulheres indígenas.

No entanto, também é preciso reconhecer que as mulheres enfrentam diversos desafios, quando decidem se organizar. Percebemos, nas discussões dos dois capítulos, que problemas com os maridos, com as lideranças masculinas, falta de credibilidade se fizeram presentes nos movimentos de mulheres no médio Solimões e em Roraima.

Entre 2010 e 2018 percebe-se que o movimento de mulheres foi mais intenso, de forma institucionalizada, a criação da AMIMSA em 2009 impulsiona o movimento de mulheres, em ações coletivas na busca por diversas questões que atingem diretamente a vida das mulheres, dos seus filhos, maridos, aldeias, etc.

Seguramente é preciso refletir mais sobre os processos qualitativos, da atuação das mulheres indígenas, afinal elas não partem da mesma posição que os homens, mas percebemos que é expressivo o número delas nessa região do médio Solimões nas ações realizadas pelas instituições indigenistas, isso é relevante devido aos processos demarcatórios de gênero.

A luta das mulheres indígenas do médio Solimões tem expressão política, pois foi possível identificar que elas além de participarem propondo discussões, também têm conseguido assegurar ações voltadas para o fortalecimento do direito das mulheres e de seus povos, seja com a agricultura ou no aumento da renda, como no caso apresentado sobre os indígenas Kanamari com a venda de seus produtos.

Nosso estudo possibilita a reflexão, porém não encerra o debate da questão, várias questões ficam em aberto, inclusive trabalhos específicos de história oral, para termos outros tipos de percepções com as próprias mulheres.

Documentos consultados

Análise das ferramentas de monitoramento aplicadas aos participantes da 1ª Etapa da Oficina de Formação Jurídico Política em Tefé. Relatório CIMI, 2016.

Análise das ferramentas de monitoramento aplicadas aos participantes da 2ª Etapa da Oficina de Formação Jurídico Política em Tefé. Relatório CIMI, 2017.

Análise das ferramentas de monitoramento aplicadas aos participantes da 3ª Etapa da Oficina de Formação Jurídico Política em Tefé. Relatório CIMI, 2019.

Ata (não finalizada) da 4ª Assembleia da Associação de Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (AMIMSA), 2017. Acesso via CIMI cedo local de Tefé.

Boletim informativo. Huhuride. Ano 1 – nº1 fevereiro de 2017.

CAFOD – Programa indígena. Relatório narrativo e financeiro anual. CIMI, 2015.

Comunidade Mayoruna organiza Associação de Mulheres. Material extraído do <https://cimi.org.br>. Publicado em 27/01/2012 e acessado 20/01/2020.

Diagnóstico inicial lideranças. Relatório. CIMI Tefé/Caritas de Tefé/CAFOD, 2016.
Estatuto Social da Associação das Mulheres indígenas do médio Solimões e afluentes – AMIMSA. 2009.

Indígenas de Maraã, no interior do Amazonas, começam a comercializar o puxuri em 2012. Material extraído do <http://www.acritica.com>. publicado em 01/03/2012 e acessado em 29/01/2020.

Mulheres indígenas são incentivadas a trabalhar na produção de hortaliças em Uarini. Material extraído do <http://www.portalmarcossantos.com.br>. Publicado em 19/12/2012 e acessado em 29/01/2020.

Relatório Narrativo Anual CAFOD (julho de 2016 a junho de 2017). CIMI, 2017.

Relatório Narrativo Anual CAFOD (julho de 2017 a junho de 2018). CIMI, 2018.

Renasce o movimento de mulheres indígenas na Flor da Palavra de Tefé – AM. Material extraído do <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/>. Publicado em 23/11/2008 e acessado em 23/01/2020.

Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

FAULHABER, Priscila. **O lago dos Espelhos**: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maíra. Mulheres Indígenas: poder e tradição. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE), 2010 <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomas>>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo: ISA, 2017.

KRENAK, Ailton. Compartilhar a memória. In: DIAS, Camila Loureiro; CAPIBERIBE, Antionka. (Orgs.) **Os índios na constituição**. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2019.

LASMAR, Cristiane. Mulheres indígenas: representações. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 7, nº 1 e 2, 1999.

NASCIMENTO, Solange Pereira do & TORRES, Iraildes Caldas. Relações de gênero e poder: o caso da tuxaua de Sahu-apé. In: TORRES, Iraildes Caldas & SANTOS, Fabiane Vinente dos (Orgs.). **Intersecção de gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

PAULA JÚNIOR, Pedro Pontes de & FIGUEIREDO, Guilherme Githay de. **O Centro de Mídia Independente de Tefé: mídias livres na educação e na organização coletiva**. In: VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Porto Velho, 2009.

PERROT, Michelle. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena et al (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa histórica. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

REIS FILHO, Milto Melo dos & TORRES, Iraildes Caldas. Corpo de Trabalho: a lida da mulher indígena entre a casa e a roça no Amazonas. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.) **Entrelaçamento de Gênero na Amazônia**: silenciamento, família corpo e outras intersecções. Manaus: Valer, 2015.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 7, vol. 14 (1 e 2), 2003.

SACCHI, Ângela. **União, Luta, Liberdade e Resistência**: as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, PPGAS/UFPE, 2006.

SANTOS, Heloísa Nunes Dos. **Trilhando novos rumos: a recente trajetória de luta das mulheres indígenas no Brasil e na Bolívia (1970-2008)**. Monografia em História, UFSC, 2013.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDAN, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I - Número I - Julho de 2009.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: Burke, Peter (org.). **A Escrita a história**: novas perspectivas; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.

SOUZA, Mariana Oliveira e. **Passar para indígena na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (AM)**. Belo Horizonte: (dissertação de mestrado) UFMG-PPGAN, 2011.

TAVARES, Inara do Nascimento. **Formar gestores indígenas e fazer trajetórias**: configurações das políticas indígenas e indigenistas no médio Solimões. Dissertação (Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. Silenciamento e exclusão das mulheres indígenas na historiografia. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.) **Entrelaçamento de Gênero na Amazônia**: silenciamento, família corpo e outras intersecções. Manaus: Valer, 2015.